

Queremos dizer-lhe que a anistia é uma das conquistas mais dignificantes da humanidade e que merece o nosso aplauso toda autoridade que venha a utilizá-la para conceder o perdão àqueles que, durante um processo histórico, adotaram posições divergentes, mas que, dentro desse mesmo processo, verificada a estabilidade nacional, seria injusto não reconhecermos o seu espírito patriótico, por através de sua ótica política.

Seja como for, verdade é que o brasileiro não sabe e não deve ficar à mercê de sentimentos odiosos, que separam compatriotas e que não somam em benefício de nossa Pátria.

Data venia, ressaltamos o acerto governamental quando não equiparou aos delitos políticos o terrorismo, o roubo, a latrocínio e o homicídio, posto que assumiria o pesado ônus histórico e, de certa forma, empanaria o magnânimo gesto do perdão àqueles que, também por amor à Pátria, adotaram caminhos que a maioria dos brasileiros não aceitou, em determinada fase da nacionalidade.

Sugerimos, entretanto, a título de colaboração, visando à melhoria do projeto, que aos funcionários civis ou militares, punidos com base em Atos Institucionais, mas inoventados pelos Tribunais, seja permitido o reingresso no serviço público, com indenização correspondente aos direitos e vantagens a que teriam direito.

Esperamos, assim, que possa V. Ex.^a decidir com inteligência e sabedoria sobre a proposta governamental que marcará indelevelmente todo o Brasil.

Receba nosso abraço fraterno e votos de êxito na nobre e difícil tarefa de legislador. — Dr. Augusto José Fonseca de Castro, Grão-Mestre Estadual.”

O SR. LUÍS CECHINEL (MDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, monstruosidade, barbárie, selvageria, é como poderiam ser designadas as atrocidades cometidas pelo regime nestes 15 anos de violenta repressão.

Em nome da democracia e do desenvolvimento, assassinaram, brutalizaram, violentaram moças e moços, numa ação paranóica e inaudita, talvez sem paralelos na história do País.

Atiraram centenas e centenas de jovens nos calabouços, e, contra o melhor da nossa sociedade, cometeram os crimes mais hediondos de que a lembrança só faz criar os sentimentos da angústia e da náusea.

Ainda esta semana lemos estarecidos a entrevista de uma exilada do jornal *Pasquim*, na qual eram feitas revelações extremamente chocantes, pela narrativa da crueldade e frieza com que os algozes da ditadura trataram seus prisioneiros.

Métodos medievais e satânicos, como provavelmente sequer a famigerada “gestapo” deles se haja utilizado, e que, entretanto, na sombra das prisões, no interior de seus muros, foram aplicados contra vítimas indefesas, inermes, desarmadas, por meios e métodos inconcebíveis, e que a consciência não compreende como possam ter sido utilizados, ainda mais sob o silêncio generalizado de quantos poderiam ter reagido; bordoadas em cima de bordoadas; murros após murros; ponta-pés depois de outros; pauladas, choques elétricos nas partes genitais, unhas arrancadas, mulheres violentadas na sua intimidade, corpos moidos, arrebentados, massacrados, até se tornarem farrapos humanos, irreconhecíveis quase, como nos lembra o quadro tético, ali narrado, de um moço de apelido Bacuri, o qual, por ter princípios próprios, foi impiedosamente esmagado, a ponto de a jovem esposa dizer, ao reconhecer seu cadáver que “todos os seus ossos estavam quebrados, havendo um buraco no que fora um dos olhos, e na face um talho profundo, como de uma machadada”.

Inacreditável que isto tenha acontecido em pleno século XX no Brasil, uma nação forjada nos princípios da civilização cristã, e que tantos moços hajam sofrido esses processos sórdidos e repugnantes.

O projeto de anistia que aí está mostra-nos que essas atrocidades foram cometidas com a omissão conivente, ou o deliberado assentimento de personagens ainda hoje vinculadas às altas esferas governamentais, e representa por si só a persistência do espírito prepotente, arbitrário e anticristão de um regime brutal e desumano, que empobreceu nossa pátria, erigiu o privilégio em norma, protegeu a corrupção, promoveu a injustiça social, entregou-nos às multinacionais e fez da vida de cada brasileiro um verdadeiro drama, tal a angústia, a insatisfação e intranquilidade generalizados no seio de nossa sociedade.

No intuito de se manterem aferrados ao poder, procuram confundir as coisas, e jogam os brasileiros uns contra os outros.

A definição dada no pseudo projeto de anistia, quando procura configurar como crimes os atos políticos de guerra revolucionária desenvolvida por uma geração, é, no mínimo, irreverente,

quando não fascista, eis que os moços que desempenharam este papel o fizeram por não terem tido um canal de manifestação política, havendo sido jogados, como eles próprios o reconhecem, na luta armada aberta e declarada, não contra a Nação, mas contra este regime cujos efeitos estamos hoje todos sentindo. E se o fizeram ainda, foi no melhor e são propósito de defender a Pátria e nosso povo da espoliação que estavam e estão sofrendo. Haja vista os dados estatísticos que acusam a dominação, por parte dos trustes internacionais, dos setores básicos da nossa economia.

Verdadeiros patriotas, heróis, sim, defenderam o Brasil com unhas e dentes, e hoje são chamados de criminosos pelos entreguistas do regime, que nos venderam a preço de banana para o capital estrangeiro.

Criminosos são esses execráveis torturadores, que, encapuzados, escondidos sob o manto do regime, praticaram toda sorte de atrocidades, e recebem agora a proteção do projeto governamental. A história, porém, não os deixará sem um justo julgamento.

Aos moços que pagaram com o alto preço da vida o seu amor à Pátria, aos que foram brutalizados, ou exilados, a História há de guardar o devido espaço, como o fez para com Tiradentes: preso, torturado e esquartejado.

Por isto, nossa luta haverá de continuar em busca da recomposição e do reencontro nacional, que somente se dará após a libertação e o retorno ao Brasil de todos os nossos irmãos que sofreram nas mãos da repressão.

Libertas quae sera tamen!

O SR. ARTENIER WERNER (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a redução do consumo de derivados do petróleo certamente exigirá sacrifícios por parte de todos os brasileiros. Cada um de nós temos uma parcela de responsabilidade quanto ao êxito dos planos econômicos do Governo, em especial no tocante ao sucesso da política energética que ora se define para o País.

As implicações da crise de combustíveis na vida nacional levaram o Presidente João Figueiredo a considerá-la prioridade máxima, motivo pelo qual foi criada a Comissão Nacional de Energia. A gravidade da situação exige o apoio incondicional de todas as camadas da população às atividades do novo órgão, em especial com a apresentação de sugestões capazes de auxiliar a luta pela redução de nossa dependência externa em matéria de suprimento do óleo mineral.

Entre as medidas já anunciadas, cabe mencionar a concessão de estímulos creditícios às empresas que se propuserem utilizar energia derivada de outras fontes que não o petróleo, fato que só merece elogios de nossa parte.

Entretanto, Sr. Presidente, faz-se necessária a extensão desses benefícios também aos fabricantes de equipamentos que permitam a substituição ou a adaptação de máquinas e instalações para adequá-los ao consumo de combustíveis sólidos, prevenindo-se, assim, a prática de tratamento desigual e discriminatório entre fornecedores e usuários.

Indústrias há, Srs. Deputados, como a Bremer, de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, que dependem de apoio financeiro oficial para ampliar seu parque fabril, conforme relatam seus diretores em correspondência a nós dirigida, e estão a reivindicar a obtenção de recursos, com juros e demais condições favoráveis, idênticas àquelas oferecidas às empresas que adquirem seus produtos.

De modo algum pode ser desprezada a colaboração que essas médias e pequenas sociedades comerciais têm condições de prestar à batalha pela economia de derivados de petróleo.

Além de caldeiras, ativadas a lenha, resíduos industriais, carvão mineral e outros materiais sólidos, a Bremer conta com outros projetos e modelos de equipamentos capazes de auxiliar a redução do consumo de óleo combustível, tais como trocadores de calor — para aproveitamento do condensado e de efluentes industriais; economizadores, construídos de ferro fundido, para adaptação na saída dos gases das caldeiras; aquecedores de água a energia solar, para instalações fabris, hospitalares, hoteleiras e residenciais; picador industrial de rotor para lenha e resíduos, ensejando condições para automatizar a alimentação de caldeiras com combustíveis sólidos.

Por essas razões, Sr. Presidente, é que fazemos a solicitação de estenderem-se os mencionados benefícios creditícios, entre os quais destacamos a linha de crédito a juros de 8% a.a., sem correção monetária e a prazo de até seis anos, com dois de carência, aos fabricantes dos equipamentos de que tanto necessitamos para possibilitar a utilização de combustíveis sólidos em substituição ao óleo.

Temos certeza de que esta nossa reivindicação encontrará eco e chegará até a Comissão Nacional de Energia e demais órgãos